Martinelli AUDITORES

Perto de **você.**

SOLIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AQUECEDOR SOLAR S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025

e Relatório dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores
SOLIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AQUECEDOR SOLAR S.A.
Birigui - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **Solis Indústria e Comércio de Aquecedor Solar S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da **Solis Indústria e Comércio de Aquecedor Solar S.A.** e sua controlada (Consolidado) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como, as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Solis Indústria e Comércio de Aquecedor Solar S.A.,** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada, da **Solis Indústria e Comércio de Aquecedor Solar S.A.,** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas comparativas de 31 de dezembro de 2024

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2024, apresentadas comparativamente, foram anteriormente auditadas por nós conforme parecer sem ressalva emitido em 20 de fevereiro de 2025.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto (SP), 11 de março de 2026.

CRISTIANO JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS
Contador CRC (SC) nº 022.513/O-0

Martinelli AUDITORES

MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

SOLIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AQUECEDOR SOLAR S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro

(Expresso em Reais - R$)	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ativo Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	973.497	716.459	2.656.915	2.005.032
Contas a Receber de Clientes	6	5.527.104	4.769.779	8.320.887	7.576.861
Estoques	7	5.077.074	4.892.747	7.253.101	5.993.795
Impostos a Recuperar	8	1.686.226	1.389.573	2.750.568	1.441.382
Outros Créditos		334.064	195.279	507.654	263.683
Despesas Antecipadas		60.945	35.326	82.755	56.981
Total do Ativo Circulante		**13.658.910**	**11.999.163**	**21.571.880**	**17.337.734**
Não circulante					
Partes Relacionadas	15	16.291	13.735	16.291	13.735
Impostos a Recuperar	8	2.364.710	2.044.527	2.542.337	4.029.840
Depósitos Judiciais	16	-	-	627.179	614.887
Ativo Fiscal Diferido	19	226.895	1.014.744	350.264	1.087.452
Investimentos	9	8.225.019	8.731.374	2.606.387	2.611.978
Direito de Uso	10	315.741	603.271	315.741	618.039
Imobilizado	11	5.354.429	5.576.570	7.065.382	6.591.118
Intangivel	12	1.302.927	1.307.483	1.302.927	1.307.483
Total do Ativo Não Circulante		**17.806.012**	**19.291.704**	**14.826.508**	**16.874.532**
Total do Ativo		**31.464.922**	**31.290.867**	**36.398.388**	**34.212.266**

(Expresso em Reais - R$)	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Passivo Circulante					
Fornecedores	13	2.118.233	3.148.363	2.955.819	3.971.265
Empréstimos e Financiamentos	14	4.090.732	3.918.755	5.543.310	4.790.381
Obrigações Sociais	18	1.631.020	1.042.700	2.102.140	1.427.958
Obrigações Tributárias	17	541.794	122.433	542.646	156.720
Parcelamentos Tributário	17.1	1.076.800	1.150.026	1.096.894	1.249.343
Passivos de Arrendamento	20	300.000	300.000	300.000	316.500
Adiantamento de Clientes	13	5.474.629	2.616.846	5.600.859	2.726.949
Outras Obrigações	13	1.049.324	1.078.298	1.065.179	1.096.528
Total do Passivo Circulante		**16.282.532**	**13.377.421**	**19.206.847**	**15.735.644**
Não Circulante					
Partes relacionadas	15	527.202	1.374.044	-	-
Fornecedores	13	-	-	-	9.948
Empréstimos e Financiamentos	14	4.142.448	4.829.877	6.422.185	6.578.111
Parcelamentos Tributário	17.1	1.967.248	2.137.682	1.967.248	2.137.682
Passivo Fiscal Diferido	19	790.272	726.932	928.106	858.428
Provisão p/ Contingências	16	204.615	243.619	323.397	291.161
Passivos de Arrendamento	20	75.000	375.000	75.000	375.000
Outras Obrigações	13	1.852.293	2.607.034	1.852.293	2.607.034
Total do Passivo Não Circulante		**9.559.078**	**12.294.188**	**11.568.229**	**12.857.364**
Total do Passivo		**25.841.610**	**25.671.609**	**30.775.076**	**28.593.008**
Patrimônio Liquido					
Capital Social	21	8.159.570	8.159.570	8.159.570	8.159.570
Lucro ou Prejuízo Acumulado		(2.536.258)	(2.540.312)	(2.536.258)	(2.540.311)
Total do Patrimônio Líquido		**5.623.312**	**5.619.258**	**5.623.312**	**5.619.258**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**31.464.922**	**31.290.867**	**36.398.388**	**34.212.266**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AQUECEDOR SOLAR S.A.
Demonstração do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro

		Controladora		Consolidado	
(Expresso em Reais - R$)	Nota	2025	2024	2025	2024
Receita Operacional Líquida	22	39.575.536	34.935.075	55.932.367	45.807.407
Custo dos Produtos Vendidos	23	(26.057.758)	(22.005.636)	(37.046.558)	(28.913.518)
Lucro bruto		**13.517.778**	**12.929.439**	**18.885.809**	**16.893.889**
Despesas Operacionais					
Despesas Gerais e Administrativas	23	(8.425.595)	(7.338.855)	(10.469.105)	(9.134.967)
Despesas com Pessoal (Administrativo)	23	(3.153.377)	(3.180.157)	(4.860.162)	(4.525.133)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	24	525.567	241.375	780.962	520.756
Resultado de Equivalência Patrimonial	9	807.361	627.263	(6)	-
Lucro Operacional		**3.271.734**	**3.279.065**	**4.337.498**	**3.754.545**
Receitas Financeiras	25	270.260	163.394	416.425	298.509
Despesas Financeiras	25	(2.572.609)	(2.550.320)	(3.450.768)	(2.918.161)
Resultado Financeiro	0	**(2.302.349)**	**(2.386.926)**	**(3.034.343)**	**(2.619.652)**
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**969.385**	**892.139**	**1.303.155**	**1.134.894**
IR/CSLL Diferido	19	(851.190)	(293.412)	(806.867)	(230.065)
IR/CSLL Corrente	26	(114.142)	(110.228)	(492.235)	(415.830)
Lucro Líquido do Exercício		**4.053**	**488.499**	**4.053**	**488.999**
(=) Lucro por Quotas:		0,01	0,090	0,01	0,090

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AQUECEDOR SOLAR S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro

	Controladora		Consolidado	
(Expresso em Reais - R$)	2025	2024	2025	2024
Lucro do Exercício	4.053	488.499	4.053	488.499
Total do resultado abrangente do exercício	4.053	488.499	4.053	488.499

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AQUECEDOR SOLAR S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro

(Expresso em Reais - R$)	Capital	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**8.159.570**	**(3.028.811)**	**5.130.759**
Lucro do exercício	-	488.499	488.499
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**8.159.570**	**(2.540.312)**	**5.619.258**
Lucro do exercício	-	4.053	4.053
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**8.159.569**	**(2.536.258)**	**5.623.311**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AQUECEDOR SOLAR S.A.

Demonstração dos fluxos de Caixa dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro

Método Indireto

(Expresso em Reais - R$)	Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Resultado Antes do Imposto de Renda e das Contribuições Sociais	969.385	892.139	1.303.155	1.134.894
Ajustes de:				
Depreciação e amortização	1.050.386	465.885	1.250.337	868.216
Resultado de Equivalência Patrimonial	(807.361)	(627.263)	-	-
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	15.232	(223.567)	86.399	(146.151)
Provisão de Contingências	(39.004)	(84.463)	32.236	(55.826)
Provisão de Redução Estoque (CPC 16 - R1)	(126.546)	8.523	(103.628)	30.738
Juros e/ou Variações Monetárias	3.015.324	1.986.236	3.015.909	2.281.277
Impostos Diferidos	851.191	293.412	806.869	230.065
Baixas do Ativo Imobilizado e Ativo Intangível	62.801	635.633	66.518	979.878
Movimentação das contas de ativo e passivo				
Contas a Receber de Clientes	(772.557)	696.894	(830.426)	(277.217)
Impostos a Recuperar	(616.836)	(65.269)	177.301	(516.996)
Estoques	(57.781)	(1.001.273)	(1.155.684)	(828.967)
Depósitos Judiciais	-	-	(12.292)	(4.668)
Outras Contas a Receber	(926.634)	33.514	(1.031.976)	1.703
Partes relacionadas	(846.842)	1.371.993	-	-
Fornecedores	(1.030.130)	850.831	(1.025.394)	1.085.235
Obrigações Tributárias	419.361	(312.506)	385.926	(316.469)
Parcelamentos Tributário	(243.660)	411.244	(322.883)	508.748
Obrigações Trabalhistas	588.320	(335.536)	674.182	(308.100)
Adiantamento de clientes	2.857.783	(1.715.411)	2.857.783	(1.715.911)
Outras Contas a Pagar	133.931	(903.957)	192.006	(807.904)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**4.496.363**	**2.377.059**	**6.366.338**	**2.142.545**
Juros pagos	(3.877.736)	(1.973.027)	(3.877.736)	(1.973.027)
Imposto de Renda e CSLL Pagos	(114.142)	(403.640)	(492.236)	(709.242)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**504.485**	**392**	**1.996.366**	**(539.724)**
Atividades de Investimentos				
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	(2.556)	(2.051)	(2.556)	(2.051)
Dividendos Recebidos	1.307.109	507.413	-	-
Pagamento pela compra de participação societária	(1.000.000)	(225.541)	(1.000.000)	(225.541)
Pagamento pela Compra de Ativos Imobilizados e Intangíveis	(598.960)	(1.076.115)	(1.484.264)	(1.269.325)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	**(294.407)**	**(796.294)**	**(2.486.820)**	**(1.496.917)**
Atividades de Financiamento				
Captação (Pagamento) de Empréstimos e Financiamentos	346.960	(836.328)	1.458.837	(386.896)
Pagamento de Principal e Juros de Passivos de Arrendamento	(242.364)	(300.000)	(258.864)	(498.000)
Variação de Passivos de Arrendamento	(57.636)	(84.914)	(57.636)	(84.914)
Caixa Líquido (Aplicado nas) Gerado Pelas Atividades de Financiamento	**46.960**	**(1.221.242)**	**1.142.337**	**(969.810)**
Aumento (redução) de caixa	257.038	(2.017.144)	651.883	(3.006.451)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	716.459	2.733.603	2.005.032	5.011.483
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**973.497**	**716.459**	**2.656.915**	**2.005.032**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Informações gerais

As atividades da Solis Indústria e Comércio de Aquecedor Solar S.A. ("Companhia"), e sua controlada, Kisoltec Aquecedor Solar Ltda. ("Controladas"), compreendem substancialmente as seguintes operações:

Constitui como objeto social a indústria, comércio, importação, exportação, projeto e instalação de aquecedores solar, elétrico, a gás e a combustão, fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica, fabricação de geradores de corrente contínua e alterada, peças e acessórios, aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador.

Solis Indústria e Comércio de Aquecedor Solar S.A. ("Solis")

A Solis é uma entidade domiciliada no Brasil, localizada na cidade de Birigui, Estado de São Paulo, Brasil, e uma Companhia de capital fechado, cujos atos constitutivos datados de 10/06/2011 estão arquivados na Junta Comercial de São Paulo sob NIRE 35300501918. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 97.546.724/0001-77. Está sediada no município de Birigui – SP, Rua João Galo, n° 1.655, Bairro Bosque da Saúde, CEP 16200-381.

Em 04 de setembro de 2018 o Fundo de Investimento em Participações INSEED FIMA – Fundo de Inovação em Meio Ambiente, criado pelo BNDES, finalizou os aportes programados integralizando a totalidade de sua participação societária. O Capital foi empreendido para aumentar a capacidade produtiva, reorganizar a sociedade, permitindo acelerar o processo de crescimento e estruturando a Companhia para que nos próximos anos esteja entre as 5 principais empresas de aquecimento solar do Brasil.

O exercício social da Companhia compreende o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro.

Controlada incluída nas Demonstrações Financeiras Consolidadas - Kisoltec Aquecedor Solar Ltda. ("Kisoltec"),

A Kisoltec é uma entidade domiciliada no Brasil, localizada na cidade de São Carlos, estado de São Paulo, na Rua Giacomo Nutti, nº 743, bairro Ceat, CEP 13.573-450, inscrita no CNPJ nº 09.604.013/0001-44, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("Jucesp") sob o NIRE nº 35.222.016.913, e sua filial localizada na cidade de Mococa, estado de São Paulo, na Rua Matheus Dario Andreoli, nº 225, bairro Jardim José Justi, CEP 13.734-465, inscrita no CNPJ nº 09.604.013/0002-25.

As quotas da Kisoltec (100% das quotas), foram adquiridas pela Solis em 17 de outubro de 2022, conforme contrato registrado sob o número 2.597.077/22-6 na JUCESP, em 25 de novembro de 2022.

A matriz e a filial da Companhia têm por objetivo a exploração dos ramos de indústria e comércio de aquecedores solar (CNAE 2821-6/01, CNAE 4669-9/99 e CNAE 4759-8/99), de peças e acessórios, instalação, manutenção e consertos correlatos (CNAE 4322-3/01).

O exercício social da Companhia compreende o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro.

No exercício de 2025, a Companhia operou em um ambiente macroeconômico adverso, caracterizado por níveis elevados de taxa de juros, restrição ao crédito e desaceleração de investimentos em projetos de maior porte, especialmente nos segmentos de construção civil e retrofit. Esses fatores impactaram a demanda por sistemas de aquecimento solar e alongaram os ciclos de decisão de investimento dos clientes. Ainda assim, o Grupo apresentou crescimento de receita consolidada e encerrou o exercício com lucro líquido positivo, embora com geração de caixa pressionada e maior relevância do custo financeiro no resultado do período.

Para o exercício de 2026, o orçamento da Companhia considera premissas de crescimento moderado da atividade econômica, manutenção da taxa Selic em patamar ainda restritivo, inflação controlada e câmbio em níveis que pressionam custos de insumos dolarizados, especialmente metais como cobre e alumínio, relevantes para a formação do custo dos produtos vendidos. Diante desse cenário, a estratégia operacional está direcionada à recomposição de margens, ao aprimoramento do mix de vendas com maior valor agregado, à redução de devoluções e à centralização da produção de coletores da Kisoltec na unidade de Mococa (SP), com o objetivo de capturar ganhos de eficiência industrial, reduzir lead time e melhorar o giro operacional.

No âmbito regulatório, a Reforma Tributária sobre o consumo introduz maior complexidade ao ambiente de negócios a partir do período de transição previsto para iniciar em 2026, com a substituição gradual dos tributos atuais pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), além da tendência de redução ou extinção de benefícios fiscais setoriais e regionais atualmente considerados na formação de preços. Para o segmento de aquecimento solar e equipamentos de eficiência energética, existe o risco de elevação da carga tributária efetiva ao longo da cadeia, com potencial impacto sobre preços ao consumidor final, elasticidade da demanda e competitividade frente a soluções alternativas.

Nesse contexto, a Companhia estruturou um plano de preparação que contempla a revisão do enquadramento fiscal de produtos, simulações de carga tributária e margens no novo modelo, reavaliação de políticas comerciais e contratuais, bem como a adequação de sistemas e processos fiscais, com o objetivo de mitigar riscos e preservar a competitividade do negócio.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 11 de março de 2026.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real, de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC 02 (efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis). Com isto, as transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio nas datas das transações, sendo os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas dos balanços.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R$). O real é a moeda funcional e a principal moeda do ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativa e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, custos e despesas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

i. Redução ao valor recuperável dos ativos: A Companhia não identificou evidências, internas e externas, de perda por *impairment* de seus ativos.

ii. Revisão da vida útil dos ativos imobilizados: A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

iii. Provisões: O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos desembolsos requeridos para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

iv. Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

v. Os créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; e,

vi. Os estoques são avaliados a necessidade de redução ao seu valor líquido de realização devido à redução do giro, preços mais baixos ou obsolescência de estoque devido às vendas abaixo do esperado.

vii. Em conformidade com o CPC 04 – Ativo Intangível, a Administração exerce julgamento relevante na determinação da vida útil dos ativos intangíveis, incluindo a avaliação quanto à existência de vida útil definida ou indefinida. Adicionalmente, tais ativos estão sujeitos à avaliação de recuperabilidade nos termos do CPC 01 (R1), cuja aplicação envolve estimativas relacionadas a fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e perspectivas econômicas do negócio.

viii. Arrendamentos e ativos de direito de uso: a mensuração dos ativos de direito de uso e respectivos passivos envolve julgamento relevante, especialmente na determinação do prazo dos contratos, incluindo opções de renovação quando aplicável, e na definição da taxa incremental de desconto.

2.5 Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa

Estão registrados pelo montante em caixa, depósitos bancários à vista e pelas aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estão sujeitas a risco de mudança relevante de valor, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, quando aplicável.

b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou impairment).

c) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

d) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam na data das demonstrações financeiras a existência de evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não seja recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

e) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

Os estoques são deduzidos da provisão para obsolescência, estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de utilizar todo o estoque existente.

f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O teste de perda por redução ao valor recuperável é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

g) Investimentos

Os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais Companhias que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável.

h) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ajustado pela depreciação acumulada calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil-econômica dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

i) Intangível

Apresenta ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios, ajustados por provisão para impairment quando o valor recuperável do ativo for menor do que o valor reconhecido.

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

j) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os Passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos.

k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

l) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

n) Tributação

Tributos sobre a receita operacional

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas em 2025	Alíquotas em 2024
Contribuição para o programa de integração social	PIS	1,65%	1,65%
Contribuição para o financiamento da seguridade social	COFINS	7,60%	7,60%
Imposto sobre serviços	ISS	5%	5%
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	ICMS	12% a 18%	12% a 18%

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

Tributos sobre o lucro Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Real. Nesse regime, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real anual.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada.

A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

o) Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

p) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, e outras receitas financeiras diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, ao qual é contabilizada, também, diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias, despesas com juros sobre empréstimos e encargos financeiros sobre tributos. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através dos juros efetivos.

q) Reconhecimento de receita operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca das mercadorias e serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As deduções de vendas incluem os impostos incidentes sobre o faturamento (ICMS, PIS e COFINS) e custos de distribuição relacionados com o transporte.

2.6 Reforma tributária sobre o consumo - Período de transição

A partir de 2026 inicia-se o período de transição do novo modelo de tributação sobre o consumo instituído pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentações complementares, com a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, que substituirão gradualmente o PIS, a COFINS, o ICMS e o ISS.

Durante a fase de transição haverá convivência entre os tributos atuais e os novos tributos, com aplicação de alíquotas teste e mecanismos de compensação de créditos. A Administração acompanha os desdobramentos regulatórios e avalia os potenciais impactos operacionais, sistêmicos e de fluxo de caixa para suas operações, incluindo adequações cadastrais, fiscais e de sistemas de faturamento e escrituração.

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não há efeitos quantitativos materiais reconhecidos, uma vez que a sistemática plena de apuração e recolhimento entrará em vigor de forma escalonada nos exercícios subsequentes.

3 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora Solis Indústria e Comércio de Aquecedor Solar S.A. e de sua controlada direta.

3.1 Processo de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;
- dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas empresas.

3.2 Empresas controladas

	Participação no Capital Total - % 2024 e 2025
Incluída na consolidação	
Controladas diretas:	
Kisoltec Aquecedor Solar Ltda.	100,00%

3.3 Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

4 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment).

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo, em 31 de dezembro de 2025, estão apresentados a seguir:

Controladora	2025	2024
Mensurado pelo Custo Amortizado		
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalentes	973.497	716.459
Contas a Receber	5.527.104	4.769.779
Partes relacionadas	16.291	13.735
Outros créditos	334.064	195.279
Total	**6.850.956**	**5.695.252**
Passivos Financeiros		
Fornecedores	2.118.233	3.148.363
Empréstimos e Financiamentos	8.233.180	8.748.632
Passivo de Arrendamento	375.000	675.000
Partes relacionadas	527.202	1.374.044
Outras obrigações	2.901.617	3.685.332
Total	**14.155.232**	**17.631.371**

Consolidado	2025	2024
Mensurado pelo Custo Amortizado		
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalentes	2.656.915	2.005.032
Contas a Receber	8.320.887	7.576.861
Partes relacionadas	16.291	13.735
Outros créditos	507.654	263.683
Total	**11.501.747**	**9.859.311**
Passivos Financeiros		
Fornecedores	2.955.819	3.981.213
Empréstimos e Financiamentos	11.965.495	11.368.492
Passivo de Arrendamento	375.000	691.500
Outras obrigações	2.917.472	3.703.562
Total	**18.213.786**	**19.744.767**

4.1 Gerenciamento de Riscos

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado - taxa de juros e cambial, além do risco de liquidez. A Diretoria determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

Fatores de risco financeiro

i. Risco de Crédito

A política de vendas da Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visa minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

ii. **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

iii. **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações com partes relacionadas.

A Companhia também está exposta ao risco de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, uma vez que possui aplicações financeiras com taxas de juros pós-fixadas.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Recursos em caixa	15.619	9.917	41.469	99.203
Depósitos bancários	410.128	380.622	654.043	937.667
Aplicações financeiras equivalentes a caixa	547.750	325.920	1.961.403	968.162
Total	**973.497**	**716.459**	**2.656.915**	**2.005.032**

As aplicações financeiras são representadas por aplicação de CDB nos Bancos Santander S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Safra S.A., Caixa Econômica Federal S.A., Banco do Brasil S.A. e Bradesco S.A. remunerada à taxa de 99,6% a 101,0%do CDI. Em 2024, as aplicações apresentavam características e condições de remuneração similares.

Conforme mencionado nas principais práticas contábeis, por não haver restrições ao resgate antecipado dos valores aplicados, as aplicações foram consideradas equivalentes de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6 Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a Receber de Clientes	5.695.354	4.922.797	8.667.414	7.836.988
Provisão para perdas de contas a receber	(168.250)	(153.018)	(346.527)	(260.121)
Contas a receber líquidas	**5.527.104**	**4.769.779**	**8.320.887**	**7.576.861**
Atribuível ao circulante	5.527.104	4.769.779	8.320.887	7.576.861
Atribuível ao não circulante	-	-	-	-

Os valores a receber de clientes estão distribuídos conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer a mais de 181 dias	96.505	58.911	121.081	266.847
A vencer de 91 a 180 dias	643.629	291.312	928.678	1.111.410
A vencer de 61 a 90 dias	801.968	786.135	1.239.855	1.029.578
A vencer de 31 a 60 dias	1.020.177	820.749	1.748.471	1.319.392
A vencer de 01 a 30 dias	2.142.465	2.368.859	3.317.740	3.244.429
Vencidos de 01 a 180 dias	582.596	423.276	725.180	584.660
Vencidos acima de 181 dias	408.014	173.555	586.409	280.665
Contas a Receber de Clientes	**5.695.354**	**4.922.797**	**8.667.414**	**7.836.981**
Provisão para perdas de contas a receber	(168.250)	(153.018)	(346.527)	(260.121)
	5.527.104	**4.769.779**	**8.320.887**	**7.576.861**

A Companhia constituiu o saldo de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com base na análise individual dos valores a receber. A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	(153.018)	(376.585)	(260.121)	(406.279)
Adições	(15.232)	223.567	(86.406)	146.158
Saldo final	(168.250)	(153.018)	(346.527)	(260.121)

7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo médio e o valor realizável líquido.
Nas operações industriais, o custo compreende matérias-primas, mão de obra direta e custos indiretos de fabricação, apropriados com base na capacidade normal de produção. Nas operações comerciais, o custo corresponde ao custo médio de aquisição, incluindo gastos diretamente atribuíveis à compra.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas necessárias para efetuar a venda.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Matéria Prima	2.985.924	3.032.743	4.934.387	3.787.483
Produtos Acabados	1.443.819	1.139.901	1.683.449	1.534.409
Produtos em Processo	98.990	84.509	98.990	84.509
Mercadoria Para Revenda	722.357	510.738	751.285	521.737
Outros Estoques	132.925	305.251	174.048	305.251
(-) Provisão para perdas **(i)**	(306.941)	(180.395)	(389.058)	(239.594)
Total de Estoques	**5.077.074**	**4.892.747**	**7.253.101**	**5.993.795**

(i) A Companhia avalia periodicamente a necessidade de constituição de provisão para perdas, considerando análises de giro, obsolescência e expectativas de realização.

8 Impostos a Recuperar

Os tributos a recuperar são mensurados inicialmente pelos valores constantes nos documentos de arrecadação ou de apuração que deram origem aos créditos e sequentemente são avaliados quanto a real expectativa de utilização considerando o período de prescrição ou aproveitamento do crédito.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS A Compensar **(i)**	3.857.747	3.209.461	5.034.469	5.200.574
COFINS A Recuperar s/ Imobilizado	-	-	3.433	-
PIS A Recuperar s/ Imobilizado	1.143	4.548	1.143	4.548
COFINS A Recuperar	5.263	20.947	5.263	20.947
PIS A Recuperar	-	-	777	-
IPI A Recuperar	171.327	166.197	225.785	200.083
CSLL A Recuperar	417	417	417	417
Outros Impostos a Recuperar	15.039	32.530	21.618	44.652
Tributos a recuperar	**4.050.936**	**3.434.100**	**5.292.905**	**5.471.221**
Atribuível ao circulante	1.686.226	1.389.573	2.750.568	1.441.382
Atribuível ao não circulante	2.364.710	2.044.527	2.542.337	4.029.840

(i) Refere-se a créditos de ICMS passíveis de compensação, utilizados para liquidação de obrigações junto a fornecedores, mediante solicitação e autorização da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Os créditos acumulados de PIS e COFINS provenientes da aquisição de ativo imobilizado e os créditos gerados na operação serão recuperados através de processo junto a Receita Federal do Brasil. A perspectiva de recuperação no prazo de 12 a 24 meses após a apresentação do processo.

9 Investimentos em participações

A Companhia possui investimento em uma única sociedade controlada, mensurado pelo método da equivalência patrimonial. Outros investimentos, quando existentes, são mensurados pelo método do custo.

Investimentos	2025	2024
Investimento em Controlada - Kisoltec Aquecedor Solar Ltda.	5.619.648	6.119.396
Investimento em Controlada - Goodwill	2.476.978	2.476.978
Outros Investimentos	128.393	135.000
Total	**8.225.019**	**8.731.374**

Investimentos em Controladas

A Companhia é possuidora de 5.441.692 (Cinco milhões, quatrocentos e quarenta e um mil e seiscentos e noventa e dois reais) quotas, correspondentes a 100% do capital social da empresa Kisoltec Aquecedor Solar Ltda.

Kisoltec Aquecedor Solar Ltda.	2025	2024
Informações Relevantes em 31 de dezembro de 2025		
Participação no Capital Votante	100,00%	100,00%
Quantidade de Cotas Possuídas	5.441.692	5.441.692
Capital Social - R$	5.441.692	5.441.692
Patrimônio Líquido - R$	5.631.453	6.131.195
Resultado do Exercício - R$	807.367	639.062
Lucro Não Realizado **(i)** - R$	(6)	(11.799)
Evolução dos Investimentos		
No Início do Exercício	6.119.396	5.999.545
(-) Distribuição de Dividendos	(607.109)	(507.413)
(-) Distribuição de Dividendos Intermediários	(700.000)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	807.361	627.264
Participação no Patrimônio Líquido no Fim do Exercício	5.619.648	6.119.396

(i) A Controlada Kisoltec Aquecedor Solar Ltda. adquire produtos produzidos pela Controladora Solis Indústria e Comércio de Aquecedor Solar S.A. para revenda. Em 31 de dezembro de 2025 havia itens comprados que não foram vendidos.

Em 17 de outubro de 2022, conforme contrato registrado sob o nº 2.597.077/22-6 na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, a Companhia adquiriu 100,0% da participação societária da Kisoltec Aquecedor Solar Ltda.

A transação foi contabilizada com base em estudo de alocação do preço de compra (Purchase Price Allocation – PPA), no montante de R$ 10.360.733,96, concluído à época da aquisição. Não houve alterações relevantes nas premissas ou nos valores do PPA até 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registro equivalência patrimonial positiva de R$ 807.361, atualizando o saldo dos investimentos realizados na Controlada.

10 Direito de Uso

Ativo Direito de Uso

O custo do ativo de direito de uso corresponde ao valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, mais os custos diretos iniciais incorridos, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

A depreciação é calculada pelo método linear desde a data de início do contrato até o que ocorrer primeiro entre o fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o fim do prazo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear desde a data de início do contrato até o que ocorrer primeiro entre o fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o fim do prazo de arrendamento.

	Controladora		Consolidado	
	Imóveis	Total	Imóveis	Total
Custo:				
Em 31 de dezembro de 2023	**918.079**	**918.079**	**1.129.097**	**1.129.097**
Em 31 de dezembro de 2024				
Amortização no exercício 2024	(314.808)	(314.808)	(511.058)	(511.058)
Valor líquido contábil	**603.271**	**603.271**	**618.039**	**618.039**
Em 31 de dezembro de 2025				
Amortização no exercício 2025	(287.530)	(287.530)	(302.298)	(302.298)
Valor líquido contábil	**315.741**	**315.741**	**315.741**	**315.741**

(i) Em exercícios anteriores, a Kisoltec reconhecia contratos de arrendamento conforme o CPC 06 (R2).
No exercício de 2025, os referidos contratos foram encerrados, não havendo saldos ou compromissos futuros registrados na data-base.

11 Imobilizado

O ativo imobilizado é inicialmente reconhecido pelo custo de aquisição ou formação. Subsequentemente é deduzido da depreciação de maneira linear calculada com base na sua vida útil e deduzido de provisão para impairment se houver expectativa de que o seu valor residual não seja recuperável pelo seu uso ou venda. O teste de *impairment* é realizado se houver indícios de que o imobilizado possa ter sofrido desvalorização. Os terrenos não são depreciados.

No imobilizado estão classificados os bens tangíveis utilizados nas atividades operacionais da Companhia, com vida útil superior a um ano. Este grupo inclui também os imobilizados em andamento e os adiantamentos para aquisição de ativos imobilizados.

s movimentações do imobilizado estão descritas a seguir:

:ontroladora:

Em Reais R$	Instalações	Móveis & Utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Taxa de Depreciação	33%	10%	5%	20%	10% a 20%		
Saldo em 31/12/2023	**3.882**	**223.437**	**3.776.697**	**1.230.827**	**45.200**	**-**	**5.280.043**
Adições	2.728	19.515	625.397	409.001	14.117	5.357	1.076.115
Baixas do Custo	(1.000)	-	(312.816)	(22.856)	-	-	(336.672)
Depreciação	-	(25.597)	(230.703)	(202.463)	-	-	(458.763)
Baixas da Depreciação	3.433	-	18.034	22.856	-	-	44.323
Transferências	-	-	1.000	-	-	(1.000)	-
Saldo em 31/12/2024	**8.043**	**217.355**	**3.849.133**	**1.414.509**	**59.317**	**4.357**	**5.605.046**
Custo	220.201	422.485	5.158.583	2.104.039	59.317	4.357	7.968.982
Depreciação Acumulado	(212.158)	(205.130)	(1.308.450)	(666.674)	-	-	(2.392.412)
Saldo em 31/12/2024	**8.043**	**217.355**	**3.850.133**	**1.437.365**	**59.317**	**4.357**	**5.576.570**
Adições	-	114.996	252.687	97.859	-	120.000	585.542
Baixas do Custo	(1.187)	(76.135)	(65.863)	(42.312)	-	-	(185.497)
Depreciação	-	-	(275.270)	(469.612)	-	-	(744.882)
Baixas da Depreciação	-	-	8.393	114.303	-	-	122.696
Transferências	15.704	47.638	143.456	(154.104)	(51.317)	(1.377)	-
Saldo em 31/12/2025	**22.560**	**303.854**	**3.913.536**	**983.499**	**8.000**	**122.980**	**5.354.429**
Custo	234.718	508.984	5.488.863	2.005.482	8.000	122.980	8.369.027
Depreciação Acumulado	(212.158)	(205.130)	(1.575.327)	(1.021.983)	-	-	(3.014.598)
Saldo em 31/12/2025	**22.560**	**303.854**	**3.913.536**	**983.499**	**8.000**	**122.980**	**5.354.429**

ão há bens do ativo imobilizado vinculados a garantias de operações de crédito.

Consolidado:

Em Reais R$	Instalações	Móveis & Utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Taxa de Depreciação	33%	10%	5%	20%	10% a 20%		
Saldo em 31/12/2023	**3.890**	**271.388**	**4.878.377**	**1.356.965**	**48.404**	**-**	**6.559.024**
Adições	2.727	25.039	654.083	568.001	14.117	5.357	1.269.324
Baixas do Custo	(1.000)	-	(862.271)	(22.856)	(2.121)	-	(888.248)
Depreciação	-	(36.531)	(541.956)	(282.607)	-	-	(861.094)
Baixas da Depreciação	3.433	-	485.823	22.856	-	-	512.112
Transferências	(8)	-	1.000	8	-	(1.000)	-
Saldo em 31/12/2024	**9.042**	**259.896**	**4.615.056**	**1.642.367**	**60.400**	**4.357**	**6.591.118**
Custo	218.219	455.345	5.376.636	2.626.824	60.400	4.357	8.741.781
Depreciação Acumulado	(212.158)	(367.121)	(1.758.389)	(1.399.104)	-	-	(3.736.772)
Saldo em 31/12/2024	**9.042**	**259.896**	**4.615.056**	**1.642.367**	**60.400**	**4.357**	**6.591.118**
Adições	5.581	123.172	667.393	299.040	14.996	360.665	1.470.847
Baixas do Custo	(1.187)	(79.852)	(65.863)	(286.824)	-	-	(433.726)
Depreciação	(426)	(12.808)	(343.091)	(573.740)	-	-	(930.065)
Baixas da Depreciação	-	-	13.893	353.315	-	-	367.208
Transferências	15.704	47.638	143.456	(154.104)	(51.317)	(1.377)	-
Saldo em 31/12/2025	**28.714**	**338.046**	**5.030.844**	**1.280.054**	**24.079**	**363.645**	**7.065.382**
Custo	241.298	717.975	7.118.431	2.899.583	24.079	363.645	11.365.011
Depreciação Acumulado	(212.584)	(379.929)	(2.087.587)	(1.619.529)	-	-	(4.299.629)
Saldo em 31/12/2025	**28.714**	**338.046**	**5.030.844**	**1.280.054**	**24.079**	**363.645**	**7.065.382**

Não há bens do ativo imobilizado vinculados a garantias de operações de crédito.

12 Intangível

No intangível são registrados os ativos incorpóreos (não inclui ativos financeiros) não originados de gastos incorridos internamente; que possam ser mensurados de maneira confiável; e quando for provável que os benefícios econômicos futuros esperados fluirão para a Companhia. Gastos com marcas geradas internamente, carteira de clientes, atividades iniciais da operação de estabelecimentos, treinamentos e publicidade são levados ao resultado no período em que ocorrerem.

Em Reais R$	Software / Licenças de uso	Goodwill / Mais Valia PPA	Total
Taxa de Depreciação	20%	Indefinida	
Saldo em 31/12/2024	**10.581**	**1.296.902**	**1.307.483**
Custo	100.426	1.296.902	1.397.328
Amortização Acumulado	(89.845)	-	(89.845)
Saldo em 31/12/2024	**10.581**	**1.296.902**	**1.307.483**
Baixas do Custo	13.418	-	13.418
Amortização	(7.401)	-	(7.401)
Baixas da Amortização	(10.573)	-	(10.573)
Saldo em 31/12/2025	**6.025**	**1.296.902**	**1.302.927**
Custo	113.844	1.296.902	1.410.746
Amortização Acumulado	(107.819)	-	(107.819)
Saldo em 31/12/2025	**6.025**	**1.296.902**	**1.302.927**

Não há bens do ativo intangível vinculados a garantias de operações de crédito.

	Taxas anuais de amortização %	Custo	Depreciação acumulada	2025 Líquido	2024 Líquido
Licenças de uso	20%	113.844	(107.819)	6.025	10.581
Mais Valia PPA		1.296.902	-	1.296.902	1.296.902
Total		**1.410.746**	**(107.819)**	**1.302.927**	**1.307.483**

13 Fornecedores e outras obrigações

Os saldos em aberto com fornecedores são em sua totalidade nacionais, são majoritariamente representados por serviços de frete, aquisição de insumos e matérias primas para produção, além de prestadores de serviço.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores	2.118.233	3.148.363	2.955.819	3.971.265
Total de Fornecedores	**2.118.233**	**3.148.363**	**2.955.819**	**3.971.265**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento de Clientes	5.474.629	2.616.846	5.600.859	2.726.949
Outras Obrigações **(i)**	1.049.324	1.078.298	1.065.179	1.096.528
Total de Outras Obrigações	**6.523.953**	**3.695.144**	**6.666.038**	**3.823.477**
Parcela Circulante	**8.642.186**	**6.843.507**	**9.621.857**	**7.794.742**
Não Circulante				
Fornecedores	-	-	-	9.948
Contratos a Pagar **(i)**	1.852.293	2.607.034	1.852.293	2.607.034
Parcela Não Circulante	**1.852.293**	**2.607.034**	**1.852.293**	**2.616.982**
Total a Pagar a Fornecedores	2.118.233	3.148.363	2.955.819	3.981.213
Total de Outras Contas a Pagar	8.376.246	6.302.178	8.518.331	6.430.511
Total Geral	**10.494.479**	**9.450.541**	**11.474.150**	**10.411.724**

As programações de pagamento dos fornecedores estão distribuídas conforme Aging List abaixo:

	Controladora		Consolidado	
***Aging List* Contas a Pagar**	2025	2024	2025	2024
Vencidos de 01 a 180 dias	28.366	201.960	40.996	225.100
Vencidos acima de 180 dias	18.834	37.444	22.749	38.105
A vencer de 01 a 30 dias	1.632.871	2.406.398	2.290.395	3.057.949
A vencer de 31 a 60 dias	284.002	367.883	391.576	424.110
A vencer de 61 a 90 dias	72.283	55.135	105.115	84.500
A vencer de 91 a 180 dias	50.719	44.605	66.965	71.409
A vencer a mais de 181 dias	31.158	34.938	38.023	80.040
Fornecedores a pagar	**2.118.233**	**3.148.363**	**2.955.819**	**3.981.213**

(i) O saldo de outras obrigações e contratos a pagar representam substancialmente os compromissos assumidos na aquisição da Empresa Kisoltec Aquecedor Solar Ltda. A Companhia assumiu obrigação referente à aquisição de quotas, cujo saldo é atualizado conforme as condições contratuais estabelecidas entre as partes.

Movimentação - Aquisição de quotas	
Saldo em 31 de dezembro 2024	**3.685.332**
Juros incorridos	216.285
Pagamento do contrato	(1.000.000)
Saldo em 31 de dezembro 2025	2.901.617

Os valores ainda não liquidados permanecem registrados no passivo na rubrica "Fornecedores e outras obrigações – contratos a pagar", no passivo circulante e não circulante, conforme os respectivos vencimentos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou pagamentos referentes à aquisição da participação societária no montante de R$ 1.000.000,00 de pagamento principal e juros do período de R$ 216.285,00, respectivamente.

14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo da operação, ou seja, o valor presente a pagar à instituição financeira e, subsequentemente, demonstrada pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor dos pagamentos é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

a) Composição dos saldos

		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante	**Taxas a.a.**				
Capital de Giro - Fixa	18,71% - 17,88%	1.317.884	2.150.117	2.745.437	3.021.744
Capital de Giro	19,30% - 14,48%	1.906.470	1.379.733	1.906.470	1.379.733
Finame	7,15% - 24,53%	333.333	159.549	333.333	159.549
Finimp	18,01% - 24,75%	326.764	229.356	326.764	229.355
Financiamento de Bens	Taxa Pré-fixada - 19,53% a.a.	206.281	-	231.306	-
Atribuível ao circulante		**4.090.732**	**3.918.755**	**5.543.310**	**4.790.381**
Não Circulante					
Capital de Giro - Fixa	18,71% - 17,88%	764.019	3.568.731	2.941.776	5.316.965
Capital de Giro	19,30% - 14,48%	3.128.098	817.128	3.128.098	817.128
Finame	7,15% - 24,53%	-	444.018	-	444.018
Financiamento de Bens	Taxa Pré-fixada - 19,53% a.a.	250.331	-	352.311	-
Atribuível ao não circulante		**4.142.448**	**4.829.877**	**6.422.185**	**6.578.111**
Total de Empréstimos e Financiamentos		**8.233.180**	**8.748.632**	**11.965.495**	**11.368.492**

As obrigações da Companhia junto a instituições financeiras são fontes de recursos destinados a financiar imobilizações ou para capital de giro.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos são apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Menos de um ano	4.090.731	3.918.755	5.671.207	4.790.381
Entre um e dois anos	2.080.196	3.148.112	3.241.591	4.095.539
Entre dois e cinco anos	2.062.253	1.681.764	3.040.955	2.471.568
A partir de 5 anos	-	1	11.742	11.004
	8.233.180	**8.748.632**	**11.965.495**	**11.368.492**

Clausula restritivas ("Covenants não financeiros")

A Companhia possui obrigações contratuais decorrentes de contratos de financiamento que preveem o cumprimento de determinados covenants financeiros e não financeiros.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se adimplente e em conformidade com todas as cláusulas contratuais vigentes.

De forma geral, tais cláusulas estabelecem restrições relacionadas a: inadimplência contratual; falência ou insolvência das partes envolvidas; manutenção e suficiência de garantias; condenações transitadas em julgado por práticas ilícitas; alterações societárias relevantes ou de controle; e encerramento de conta corrente vinculada ao contrato.

Os contratos de financiamento de bens não preveem covenants financeiros ou não financeiros.

Fornecimento de garantias, avais ou fianças

Para os empréstimos e financiamentos acima apresentados, A Companhia e sua controlada ofereceram as seguintes garantias:

Modalidade	Garantia
Aplicação Financeira	Aval acionista
Duplicatas Vinculadas	Títulos Recebíveis (duplicadas/vendas)
Finame	Alienação fiduciária de ativo
Financiamento de bens	Alienação fiduciária do ativo

15 Partes relacionadas

A Companhia ao realizar transações com partes relacionadas, divulga a natureza do relacionamento com as partes relacionadas, assim como as informações sobre as transações, saldos existentes e compromissos que sejam necessários para a compreensão do efeito potencial desse relacionamento nas demonstrações contábeis.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro 2025 e 2024 decorrem de transações usuais da Companhia com suas partes relacionadas, sendo principalmente empréstimos com empresas relacionadas.

Abaixo são destacadas todas as operações existentes na data de elaboração destas demonstrações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos				
Ensolação Participações Ltda	16.291	13.735	16.291	13.735
Total de ativos com Partes Relacionadas	16.291	13.735	16.291	13.735
Passivos				
Kisoltec Aquecedor Solar Ltda. **(i)**	527.202	1.374.044	-	-
Total de passivos com Partes Relacionadas	527.202	1.374.044	-	-
Total com Partes Relacionadas	**(510.911)**	**(1.360.309)**	**16.291**	**13.73**

(i) A principal transação entre as partes refere-se a adiantamentos a fornecedores vinculados à fabricação de placas solares destinadas a sistemas de aquecimento de água. Tais adiantamentos são efetuados pela Solis no curso normal das operações e liquidados mediante a entrega dos respectivos produtos.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração durante o exercício foi de R$ 1.115.877 (R$ 1.052.714 em 2024). A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada pelo Conselho de Administração, considerando o desempenho dos indivíduos.

16 Provisão para contingências

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Conforme avaliação, tomando como base as expectativas da Companhia baseadas na posição de seus assessores jurídicos internos ou externos.

Controladora
Perdas Prováveis

Em Reais R$	Cíveis (i)	2025	2024
Saldo em 1o de janeiro	243.619	243.619	328.082
Constituição de Provisão	-	-	10.498
Reversões de Provisão	(39.004)	(39.004)	(94.961)
Saldo em 31 de dezembro	**204.615**	**204.615**	**243.619**

Consolidado Perdas Prováveis *Em Reais R$*	Cíveis (i)	2025	2024
Saldo em 1o de janeiro	291.161	291.161	346.987
Constituição de Provisão	71.240	71.240	39.135
Reversões de Provisão	(39.004)	(39.004)	(94.961)
Saldo em 31 de dezembro	**323.397**	**323.397**	**291.161**

(i) A contingência cível não se refere a processos constituídos, a Companhia, por conservadorismo, provisiona anualmente o percentual de devoluções ocorridas no exercício, face às garantias de produtos, (provisão para contingência de *recall*);

Consolidado Perdas Possíveis Em Reais R$	Tributárias (ii)	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro 2025	**757.798**	**757.798**	**614.887**

(ii) Provisões para contingência tributária referente a créditos de PIS e COFINS oriundos de insumos passível de discussão pela administração tributária federal.

Ação de defesa sobre AIIM (Auto de Infração e Imposição de Multa) de ICMS no Estado de são Paulo, com efeito suspensivo de cobrança. A Posição dos Advogados Patronos da Ação é de Perda Possível.

Com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critérios de reconhecimento das provisões estabelecidos pelo CPC 25 - Provisão e Passivo e Ativo Contingentes, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui um processo de natureza tributária com risco de perda possível, com efeito suspensivo de cobrança. A Companhia possui depositado o valor integral e a posição dos Advogados Patronos da Ação é de Perda Possível.

Consolidado Em Reais R$	Cíveis (i)	Tributárias (ii)	2025	2024
Saldo em 1o de janeiro	-	614.887	614.887	614.887
Atualização monetária	-	12.292	12.292	-
Saldo em 31 de dezembro	**-**	**627.179**	**627.179**	**614.887**

17 Obrigações Tributárias

As obrigações tributárias compreendem tributos incidentes sobre as operações da Companhia, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados pelo valor devido na data-base.

Os tributos são classificados como circulantes, considerando o prazo esperado de liquidação, incluindo aqueles objetos de parcelamento.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
COFINS a Recolher	432.232	96.492	432.232	123.321
PIS a Recolher	93.774	20.929	93.774	26.743
Imposto Retido a Recolher	14.043	3.701	14.443	5.081
Outros	1.745	1.311	2.197	1.575
	541.794	**122.433**	**542.646**	**156.720**

17.1 Parcelamentos Tributários

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
COFINS a Recolher - Parcelamento	-	133.022	-	133.022
PIS Faturamento a Recolher - Parcelamento	-	28.806	-	28.806
IRPJ a Recolher - Parcelamento	3.044.048	2.961.973	3.044.048	2.961.973
IRPJ a Recolher	-	-	13.187	71.439
CSLL a Recolher	-	-	6.907	27.878
INSS	-	163.907	-	163.907
	3.044.048	3.287.708	3.064.142	3.387.025
Circulante	**1.076.800**	**1.150.026**	**1.096.894**	**1.249.343**
Não Circulante	**1.967.248**	**2.137.682**	**1.967.248**	**2.137.682**

18 Obrigações Sociais

As obrigações sociais compreendem salários, encargos trabalhistas e previdenciários, bem como provisões relacionadas a férias, décimo terceiro salário e participação nos resultados, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados pelo valor devido na data-base

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários	198.002	194.423	271.615	271.830
FGTS	74.821	40.989	90.553	63.347
INSS	629.765	148.860	685.933	194.410
Provisão para Férias	658.764	617.723	851.679	734.928
IRRF sobre a Folha	68.352	36.835	107.204	66.691
Provisão para Participação em Resultados	-	-	93.840	90.931
Outros	1.316	3.870	1.316	5.821
Total de Obrigações Sociais	**1.631.020**	**1.042.700**	**2.102.140**	**1.427.958**

19 Impostos diferidos

A Companhia reconhece o tributo corrente passivo para tributos a pagar sobre o lucro tributável para os exercícios corrente e passado. Se o valor pago para os exercícios corrente e passado exceder o valor a pagar para esses exercícios, a Companhia reconhece o valor excedente como tributo corrente ativo.

A Companhia e suas controladas reconhece o tributo diferido ativo ou passivo para tributo a recuperar ou a pagar em exercícios futuros como resultado de transações ou eventos passados. Esse tributo surge das diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos da Companhia no balanço patrimonial e os valores atribuídos a esses ativos e passivos pelas autoridades fiscais (diferenças temporárias), e a compensação de prejuízos fiscais e créditos não utilizados atualmente.

	Controladora					
	Ativos		Passivos		Resultado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (i)	1	813.519			(159.002)	(448.369)
Baixa de ativo fiscal diferido (ii)	-	-	-	-	(654.518)	-
Provisão para contingências	-	50.106	-	-	(50.106)	45.873
Provisão para Recall	69.569	32.724	-	-	36.845	103.706
Provisão impairment estoque CPC 16	104.360	61.334	-	-	43.026	38.937
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).	57.205	52.026	-	-	5.179	44.517
CPC 06 - Operações de Arrendamento	(4.240)	5.035	-	-	(9.275)	(124.818)
Reflexos sobre a contabilização da Alocação do Preço de Compra PPA	-	-	294.332	334.589	40.257	106.358
Depreciação por vida útil	-	-	495.940	392.343	(103.597)	(59.616)
	226.895	**1.014.744**	**790.272**	**726.932**	**(851.191)**	**(293.412)**

	Consolidado					
	Ativos		Passivos		Resultado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (i)	1	813.519	-	-	(159.002)	(448.369)
Baixa de ativo fiscal diferido (ii)	-	-	-	-	(654.518)	-
Provisão para contingências	-	50.106	-	-	(50.106)	45.873
Provisão para Recall	104.405	48.889	-	-	55.516	113.443
Provisão impairment estoque CPC 16	132.280	81.462	-	-	50.818	46.490
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).	117.817	88.441	-	-	29.376	70.836
CPC 06 - Operações de Arrendamento	(4.240)	5.035	-	595	(8.680)	(171.476)
Reflexos sobre a contabilização da Alocação do Preço de Compra PPA	-	-	294.332	334.589	40.257	106.358
Depreciação por vida útil	-	-	633.774	523.244	(110.530)	6.780
	350.263	**1.087.452**	**928.106**	**858.428**	**(806.869)**	**(230.065)**

(i) A Companhia revisou a projeção de realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social de exercícios anteriores em seus livros fiscais, considerando centralizar a apuração do imposto da Controlada Kisoltec Aquecedor Solar Ltda., unificando o CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) como filial da Controladora. Somando os resultados, a Administração projeta compensar o prejuízo fiscal acumulado nos próximos dois anos.

(ii) Refere-se substancialmente à baixa do ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal reconhecido em exercícios anteriores.

O ativo fiscal diferido relacionado a prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social foi reconhecido em exercícios anteriores com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. Em 2025, após revisão das projeções de resultados, a Administração concluiu que não existem evidências suficientes para suportar sua realização, procedendo à baixa do ativo fiscal diferido no montante de R$ 813.519, com reconhecimento no resultado do exercício.

O prejuízo fiscal e a base negativa permanecem registrados para fins fiscais, podendo ser utilizados na compensação de lucros tributáveis futuros, observado o limite legal de 30% do lucro tributável por exercício.

20 Passivo de arrendamento

A mensuração das operações de arrendamentos corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, conforme exercício previsto no contrato firmado entre o arrendador e a Companhia. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa real de desconto.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa real de desconto, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

Passivos de Arrendamento	**Controladora**		**Consolidado**	
Custo ou avaliação:	**Imóveis**	**Total**	**Imóveis**	**Total**
Taxa	**11,75% a.a.**		**11,75% a.a.**	
Em 31 de dezembro de 2023	**975.000**	**975.000**	**1.189.500**	**1.189.500**
(-) Pagamentos exercício 2024	(215.086)	(215.086)	(398.956)	(398.956)
(-) Pagamentos dos juros exercício 2024	(84.914)	(84.914)	(99.044)	(99.044)
Em 31 de dezembro de 2024	**675.000**	**675.000**	**691.500**	**691.500**
(-) Pagamentos exercício 2025	(242.364)	(242.364)	(258.864)	(258.864)
(-) Pagamentos dos juros exercício 2025 **(i)**	(57.636)	(57.636)	(57.636)	(57.636)
Em 31 de dezembro de 2025	**375.000**	**375.000**	**375.000**	**375.000**

Abertura do fluxo de pagamentos	**Controladora**		
Ano de vencimento	Valor presente	Ajuste a valor presente	Valor nominal
01 de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026	273.102	26.898	300.000
A partir de 01 de janeiro de 2027	73.525	1.475	75.000
	346.627	28.373	375.000

Abertura do fluxo de pagamentos	Consolidado		
Ano de vencimento	Valor presente	Ajuste a valor presente	Valor nominal
01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025	16.337	(16.337)	-
01 de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026	273.102	26.898	300.000
A partir de 01 de janeiro de 2027	73.525	1.475	75.000
	362.964	12.036	375.000

(i) O contrato de arrendamento mantido pela controlada Kisoltec Aquecedor Solar Ltda. foi encerrado em 05 de janeiro de 2025, em decorrência da centralização das operações na unidade de Mococa/SP. O referido contrato tinha por objeto a locação do imóvel localizado na Rua Giacomo Nutti, nº 743, Bairro CEAT, no município de São Carlos/SP.

21 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui o capital social no montante de R$ 8.599.760, totalmente integralizado, representado por 260.000 ações ordinárias e 156.000 ações preferenciais sendo distribuídos entre os acionistas da
seguinte forma:

Acionistas	Ações	Tipo	Capital Integralizado
Ensolação Participações Ltda.	249.600	Ordinárias	2.055.810
Leonardo Chamone Cardoso	10.400	Ordinárias	104.000
Fundo de Investimento em Participações Inseed Fima – Fundo de Inovação em Meio Ambiente	156.000	Preferenciais	5.999.760
Total	**416.000**		**8.159.570**

O Fundo de Investimento em Participações INSEED FIMA – Fundo de Inovação em Meio Ambiente, criado pelo BNDES, realizou aportes programados nos períodos anteriores a 2025, integralizando a totalidade de sua participação societária por meio de subscrição de ações preferenciais da Companhia. Esses aportes constituem a principal composição do capital preferencial.

22 Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida é composta pelas receitas de venda de produtos, revenda e prestação de serviços, reconhecidas quando da transferência do controle dos bens ou da prestação dos serviços aos clientes.

A receita operacional liquida são apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita Operacional de Vendas				
Produtos	38.178.201	31.986.472	56.255.203	43.680.764
Revenda	7.179.742	7.748.488	7.398.596	8.504.120
Prestação de Serviço	112.140	368.399	112.140	368.399
Total Receita Operacional Bruta	**45.470.083**	**40.103.359**	**63.765.939**	**52.553.283**
Deduções Receita Operacional de Vendas				
(-) Cancelamentos e devoluções	(1.341.959)	(1.144.491)	(1.559.293)	(1.275.126)
(-) Impostos sobre Vendas de Produtos	(4.142.185)	(3.689.864)	(5.830.450)	(5.001.489)
(-) Impostos sobre Revenda	(405.917)	(319.184)	(438.815)	(454.516)
(-) Impostos sobre Prestação de Serviço	(4.486)	(14.745)	(5.014)	(14.745)
Total Deduções Receita Operacional	**(5.894.547)**	**(5.168.284)**	**(7.833.572)**	**(6.745.876)**
Receita Operacional Líquida	**39.575.536**	**34.935.075**	**55.932.367**	**45.807.407**

23 Custos e Despesas

Os custos e as despesas gerais e administrativas estão apresentados por natureza, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
CPV - Coletores	9.211.942	6.153.449	14.057.341	8.394.080
CPV - Reservatório	9.517.612	8.570.188	15.513.226	12.679.051
CPV - OGP	2.941.967	2.357.053	2.941.967	2.404.460
CPV - Piscinas	1.238.435	1.812.382	1.238.435	1.812.382
CPV - Fotovoltaico	1.588.099	2.168.641	1.588.099	2.168.641
CPV - Outros	193.273	95.362	193.274	95.550
Custo com revenda	1.366.430	848.561	1.514.216	1.359.354
Total	**26.057.758**	**22.005.636**	**37.046.558**	**28.913.518**

Despesas Gerais e Administrativas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aluguel	133.327	153.599	222.978	323.472
Despesas de Viagem	245.290	170.826	357.859	236.125
Despesas com refeições	92.387	124.864	95.919	132.444
Fretes Sobre Vendas	1.756.392	1.540.017	2.196.897	1.927.099
Comissões sobre vendas	2.692.383	2.636.015	3.150.950	2.959.662
Manutenção e Material De Uso E Consumo	109.741	108.963	173.651	156.175
Serviços com Pós-vendas	282.388	265.261	282.388	265.261
Propaganda & Publicidade	767.051	665.116	782.637	695.803
Publicações Legais	-	365	-	365
Seguros	64.234	72.415	94.478	102.247
Telefone	38.919	34.666	53.254	51.416
Outras Receitas e Despesas	324.673	81.743	431.059	245.405
Serviços prestados por terceiros	1.406.490	1.199.710	1.965.340	1.604.875
Provisão para contingências	(39.004)	(84.463)	32.235	(55.825)
Depreciação	273.473	185.007	337.004	215.765
Amortização de Direito de Uso	229.893	107.284	244.498	189.071
Tributárias	47.958	77.467	47.958	85.607
Total	**8.425.595**	**7.338.855**	**10.469.105**	**9.134.967**

Despesas com pessoal	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários e ordenados	2.347.650	2.069.413	3.367.932	3.006.593
Provisões	451.113	400.466	634.188	565.082
Pró-labore	133.228	511.233	550.417	676.586
Outras despesas com pessoal	221.386	199.045	307.625	276.872
Total	**3.153.377**	**3.180.157**	**4.860.162**	**4.525.133**

24 Outras Receitas (Despesas)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Vendas de sucatas	392.119	344.868	613.473	710.694
Recuperação de despesas	334.424	106.699	334.424	106.699
Custo da venda de imobilizado	(188.550)	(320.319)	(192.128)	(606.010)
Outras receitas/despesas operacionais	(12.426)	110.127	25.193	309.373
Total	**525.567**	**241.375**	**780.962**	**520.756**

25 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
Receitas Financeiras	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Descontos Obtidos	21.645	2.239	30.697	3.950
Juros Ativos	24.020	40.298	31.798	48.286
Rendimento De Aplicação Financeira	146.658	60.775	263.701	175.925
Variação Cambial Ativa	77.937	60.082	90.229	60.082
Outros	-	-	-	10.266
Total das Receitas Financeiras	**270.260**	**163.394**	**416.425**	**298.509**
Despesas Financeiras	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Juros Passivos	(2.036.907)	(2.077.003)	(2.811.437)	(2.389.144)
Descontos Concedidos	(4.486)	(20.385)	(23.872)	(20.439)
Despesas Bancárias	(186.251)	(110.534)	(270.331)	(143.504)
Juros Passivos de Arrendamento CPC 06	(57.636)	(84.914)	(57.799)	(105.906)
Multas	(182.250)	(227.562)	(182.250)	(227.562)
Variações Monetárias Passivas	-	-	-	- 1.685
Variação Cambial Passiva	(105.079)	(29.922)	(105.079)	(29.921)
Total das Despesas Financeiras	**(2.572.609)**	**(2.550.320)**	**(3.450.768)**	**(2.918.161)**
Resultado Financeiro Líquido	**(2.302.349)**	**(2.386.926)**	**(3.034.343)**	**(2.619.654)**

26 Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação entre o total das despesas de imposto de renda e contribuição social, apurado conforme alíquotas nominais, e o total registrado no resultado do exercício é resumida da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Lucro (prejuízo) antes do imposto	**969.385**	**892.139**	**1.303.155**	**1.134.893**
IR e CSLL corrente	(114.142)	(110.228)	(492.235)	(415.830)
IR e CSLL diferido	(851.190)	(293.412)	(806.867)	(230.065)
Total IR e CSLL	(965.332)	(403.640)	(1.299.102)	(645.895)

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconheceu créditos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

27 Cobertura de Seguros (Não auditado)

A Companhia adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28 Eventos subsequentes

A Administração avaliou os eventos ocorridos após a data-base das Demonstrações Financeiras e até a data de sua emissão, conforme disposto no CPC 24 – Eventos Subsequentes. Não foram identificados fatos relevantes que demandassem ajustes ou divulgações adicionais nas presentes Demonstrações Financeiras.

* * *

DIRETORIA EXECUTIVA

LUIZ ANTONIO DOS SANTOS PINTO
CPF.: 058.704.828-01
DIRETOR PRESIDENTE

LEONARDO CHAMONE CARDOSO
CPF.: 036.293.106-21
DIRETOR VICE-PRESIDENTE

SIMARA SOUZA DE OLIVEIRA
CPF.: 518.373.310-49
DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO

CONTADOR

KLEBER SANTO ULIAN
CRC/SP 1SP316551